



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça Des. Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 09.02.2010

1º Secretário

Ofício nº 109 /2010-GP

Teresina, 08 de fevereiro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themistocles Sampaio Pereira Filho
Presidente da Corte Legislativa
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando Resoluções nºs 02 e 03/2010.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência as Resoluções nºs 02 e 03/2010 de 28 de janeiro de 2010, que dispõem acerca de Projetos de Lei Complementar alterando a Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004 - Lei do Fundo de Modernização do Poder Judiciário do Piauí-FERMOJUPI e Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 - Lei de Organização Judiciária do Piauí, aprovada pelo Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em Sessão Ordinária, de caráter administrativo, realizada no dia 28 de janeiro do corrente ano, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembléia Legislativa do Estado do Piauí.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência protestos de estima e elevado apreço, colocando-me à disposição no que for necessário ao bom andamento dos trabalhos do Poder Legislativo Estadual.

Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
PRESIDENTE do TJ-PI

TERESINA - PE, 09.02.2010.
AO PLENÁRIO PARA CONHECIMENTO

Simundo Marlon Reis de Freitas
Secretário Geral da Mesa

Resolução nº 03/10, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2010.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ,
no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o aumento na quantidade de processos
ajuizados nas maiores Comarcas do Estado tornam necessária a constante
adequação das competências das respectivas Varas,

CONSIDERANDO que a carência de recursos financeiros
obstaculiza a criação e instalação de novas Varas,

CONSIDERANDO, por fim, o princípio constitucional da
eficiência, que deve reger a atuação da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em Sessão Plenária de caráter administrativo,
realizada em 05 de fevereiro de 2010, e encaminhar à Assembléia Legislativa
o anexo Projeto de Lei Complementar, propondo a alteração da Lei n. 3.716,
de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária.

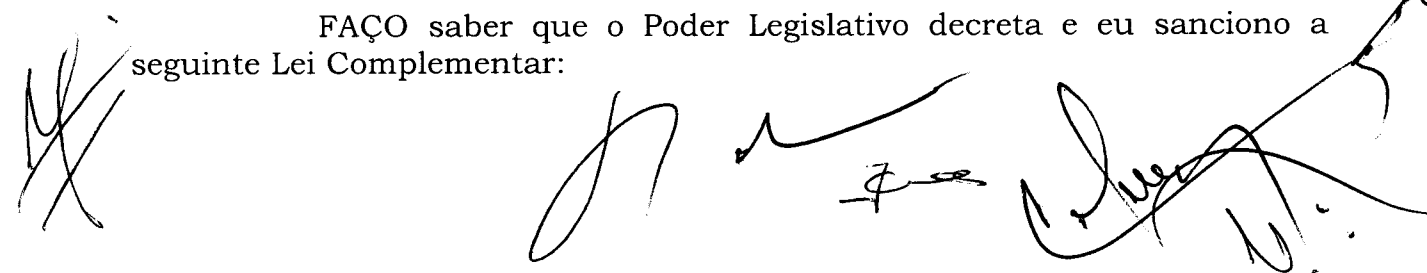
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua
publicação.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01 /2010, DE FEVEREIRO
DE 2010**

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de
1979 – Lei de Organização Judiciária do
Estado do Piauí, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a
seguinte Lei Complementar:





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 1º O art. 41, caput e seus incisos I, IV, VI e VII, da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. As trinta e três Varas da Comarca de Teresina, de entrância final, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – dez Varas Cíveis, de competência genérica, por distribuição, denominadas numericamente da 1ª à 10ª, cabendo à 9ª, cumulativamente, os Registros Públicos;

.....
.....
IV – seis Varas de Família e Sucessões, por distribuição, cabendo a todos os seus titulares a celebração de casamento;

.....
.....
VI – uma Vara de execuções penais, uma de competência mista, para as causas resultantes de violência doméstica e familiar contra a mulher, e mais sete Varas Criminais, por distribuição, inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem, das quais cinco cumulando com competências privativas, assim discriminadas:

.....
.....
e) 5ª Vara, denominada Juizado da Lei Maria da Penha, exclusiva para o julgamento das causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da idade da vítima;

.....
.....
VII – duas Varas da competência do Tribunal do Júri, cabendo à 2ª processar os crimes dolosos contra a vida e à 1ª, organizar e presidir o júri.

.....
.....
§ 3º Compõem a equipe multidisciplinar, com atuação no Juizado da Lei Maria da Penha:

I – 02 (dois) assistentes sociais;

II – 02 (dois) psicólogos;

III – 02 (dois) médicos, com especialização em psiquiatria”.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 2º O art. 43 da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. As seis Varas da Comarca de Parnaíba, cada uma com um Juiz de Direito, repartem-se em:

I – duas Varas Cíveis, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª e 2ª, cumulando a 1ª os feitos relativos a registros públicos e a 2ª, os processos de Infância e Juventude não referentes a atos infracionais ;

II – 3ª Vara Cível, com competência exclusiva dos feitos da família;

III – 4ª Vara Cível, com competência exclusiva dos feitos da fazenda pública e precatórias;

IV – duas Varas Criminais, por distribuição, denominadas numericamente de 1ª e 2ª.

§ 1º Cabem, privativamente, à 1ª Vara Criminal as atribuições do tribunal do júri, execuções penais, habeas corpus e as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher. A 2ª Vara Criminal tem competência privativa nos processos relativos a entorpecentes, atos infracionais praticados por adolescentes e cumprimento de precatórias.

§ 2º Haverá, ainda, na Comarca de Parnaíba, dois Juizados Especiais Cíveis e Criminais, cada um tendo como titular um Juiz de Direito de Entrância Final.

§ 3º Compõem a equipe multidisciplinar, com atuação na 1ª Vara Criminal, para as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I – 02 (dois) assistentes sociais;

II – 02 (dois) psicólogos;

III – 02 (dois) médicos, com especialização em psiquiatria”.

Art. 3º Acrescenta o art 43-A à Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, com a seguinte redação:

“Art. 43-A Na Comarca de Picos haverá seis Juizes de Direito, com titulares de cinco Varas e um Juizado Especial Cível e Criminal, tendo as Varas a seguinte competência:

I – 1ª e 2ª Varas, de competência, por distribuição, para os feitos cíveis, comerciais, de fazenda pública e registros públicos;

II – 3ª Vara, de competência exclusiva dos feitos de família, sucessões e infância e juventude, exceto atos infracionais;

III – 4ª e 5ª Varas, de competência, por distribuição, para todos os processos relativos a crimes e aos atos infracionais praticados ou



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

tentados por adolescentes, cabendo à 4ª as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher, e à 5ª os crimes dolosos contra a vida e as execuções penais.

Parágrafo único. Compõem a equipe multidisciplinar, com atuação na 4ª Vara, para as causas decorrentes de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I – 02 (dois) assistentes sociais;

II – 02 (dois) psicólogos;

III – 02 (dois) médicos, com especialização em psiquiatria”.

Art. 4º A Vara de Registro Público de Teresina passa a denominar-se 9ª Vara Cível.

Art. 5º Enquanto não instalada a 5ª Vara da Comarca de Picos, os feitos de sua competência caberão à 4ª Vara.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e sua implantação fica condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8ª Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso III do art. 41 da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), aos cinco dias de fevereiro do ano de dois mil e dez.


DES. **RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR**
PRESIDENTE do TJ-PI

DES. **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**
VICE-PRESIDENTE





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Rosimar Leite Carneiro
DESA. **ROSIMAR LEITE CARNEIRO**
CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

Fernando Carvalho Mendes
DES. **FERNANDO CARVALHO MENDES**
VICE-CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho
DES. **LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO**

DES. **EDVALDO PEREIRA DE MOURA**

DESA. **EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO**
PINHEIRO

Antonio Peres Parente
DES. **ANTONIO PERES PARENTE**

DES. **HAROLDO OLIVEIRA REHEM**

Raimundo Eufrásio Alves Filho
DES. **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO**

Valério Neto Chaves Pinto
DES. **VALÉRIO NETO CHAVES PINTO**

Joaquim Dias de Santana Filho
DES. **JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**

DES. **FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM**

Sebastião Ribeiro Martins
DES. **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

DES. **JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA**

Erivan José da Silva Lopes
DES. **ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES**



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 22 / 02 / 10

Chagas

Conceição da Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Legais

Ao Deputado Wilson

Brandão
para relatar.

Em 23 / 02 / 10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Deputada LILIAN MARTINS

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2010, de 05.02.2010

ORIGEM/AUTOR: **Tribunal de Justiça do Estado do Piauí**

*"Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 –
Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e
dá outras providências"*

Nos termos do art. 117, §4º, do Regimento Interno, apresentamos sobre a
matéria supra, a seguinte

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º

"Art.41.....
.....

I-

IV -

VI – oito Varas como abaixo se especifica e um Juizado, órgão da
Justiça Ordinária, com competência Cível e Criminal, para julgar
causas decorrentes da Violência Doméstica e Familiar contra a
Mulher – Lei Maria da Penha:

- a) 1ª Vara Criminal de competência genérica, por distribuição,
inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem;
- b) 2ª Vara Criminal de competência exclusiva para as execuções
penais e correção de presídios;
- c) 3ª Vara Criminal de competência genérica, por distribuição,
inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem;
- d) 4ª Vara Criminal de competência genérica, por distribuição,
inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem;
- e) Transformação da 5ª Vara, extinguindo-a, em Juizado de
competência Cível e Criminal, - exclusivo para as causas
decorrentes de violência doméstica e familiar contra a Mulher,
mesmo que portadoras de deficiência física - Lei Maria da Penha,
independentemente da idade da vítima;

Av. Mal. Castelo Branco, s/nº. – Cabral – Teresina – PI cep. 64000-810

Fone: (86) 3133-3127

AAA



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Deputada LILIAN MARTINS

- f) 6ª Vara Criminal dos crimes de trânsito, de imprensa, crimes contra a ordem tributária, contra a economia popular, ordem econômica e consumidor; inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem;
- g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes sexuais praticados ou tentados contra crianças e adolescentes, bem como os definidos no Estatuto da criança e do Adolescente – ECA – Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990, inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem, ressalvados:
1. a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
 2. os crimes tipificados na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
- h) 8ª Vara Criminal, privativa de crimes sexuais praticados ou tentados contra idosos e portadores de deficiência física ou mental e dos crimes definidos no Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem, ressalvados:
1. a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais”;
 2. os crimes tipificados na Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;
- i) 9ª Vara Criminal, com competência para o julgamento de crimes militares cometidos contra civis e de ações judiciais contra atos disciplinares militares, inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem;

.....
VII -

.....
§ 3º

I - 02 (dois) assistentes sociais, de provimento efetivo;
II - 02 (dois) psicólogos, de provimento efetivo;
III - 02 (dois) médicos, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo”.

Art.2º

Art.43.....

.....
§ 3º -

Av. Mal. Castelo Branco, s/nº. – Cabral – Teresina – PI cep. 64000-810

← Fone: (86) 3133-3127 →

AAA



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete da Deputada LILIAN MARTINS

- I – 02 (dois) assistentes sociais, de provimento efetivo;
II – 02 (dois) psicólogos, de provimento efetivo;
III – 02 (dois) médicos com especialização psiquiátrica, de provimento efetivo.

.....
.....

Art. 3º

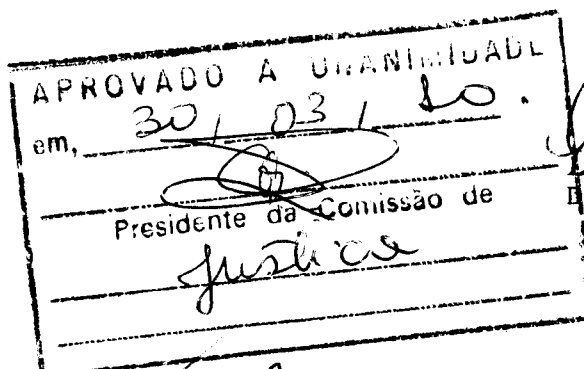
Art. 43-A

Parágrafo único –

- I – 02 (dois) assistentes sociais, de provimento efetivo;
II – 02 (dois) psicólogos, de provimento efetivo;
III – 02 (dois) médicos, com especialização em psiquiatria, de provimento efetivo “.

.....
.....

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, em 10 de março de 2010



Lilian Martins
Lilian Martins
Deputada Estadual - PSB
3133 - 3127

Av. Mal. Castelo Branco, s/nº. – Cabral – Teresina – PI cep. 64000-810

Fone: (86) 3133-3127
AAA



ESTADO DO PIAUÍ **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2010

PROCESSO AL – 134/10

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: WILSON BRANDÃO

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, 62, inciso II e 116 da Constituição Estadual e 96, inciso I alínea “b” da Constituição Federal combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno.

Segundo consta das considerações do Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, se faz necessário a aprovação do presente Projeto de Lei, tendo em vista que o aumento na quantidade de processos ajuizados nas maiores Comarcas do Estado tornam necessária a constante adequação das competências das respectivas Varas.

A carência de recursos financeiros obstaculiza a criação e instalação de novas Varas.

Por fim, o princípio constitucional da eficiência, que deve reger a atuação da Administração Pública.

Foi apresentada emenda de autoria da Dep. Lílian Martins com vistas a coordenar distribuição com a vara específica para julgar causas decorrentes da Violência Doméstica e Familiar – Lei Maria Da Penha nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e outra para atender crimes tipificados na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Também da mesma emenda dos cargos de assistentes sócias psicólogos e médicos sejam de provimentos de cargos efetivos.

Para evitar qualquer dúvida ou questionamento, sugiro que as letras f, g, h, i, do art. 41, VI, da Lei nº 3.716/79, no lugar da proposta de terminar da seguinte forma: **“inclusive de cartas precatórias, rogatórias e de ordem”,** concluam assim: **“e, por distribuição, dos demais crimes e cartas precatórias, rogatórias e de ordem”.**



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

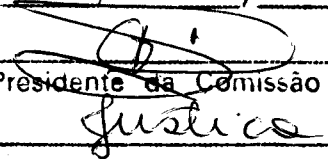
COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

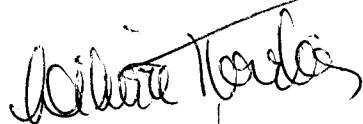
II – VOTO DO RELATOR

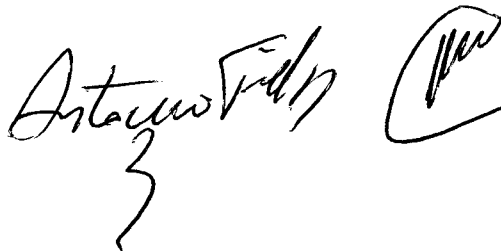
Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação com a emenda da Dep. Lílian e a alteração aqui proposta.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 22 de março de 2010.


Dep. **WILSON BRANDÃO**
Relator

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 30 / 03 / 10

Presidente da Comissão de Justiça









Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 30/03/10
elo agis

Conceição de Maria Lopes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Paulo Afonso de Aguiar

para relatar

Em 14/4/2010

[Assinatura]
Presidente Comissão de Administração
Pública



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/10

PROCESSO : AL 134/10

AUTOR: PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 75 da Constituição Estadual combinado com o art. 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 01/10 que **Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.**

II – PARECER

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo do mérito do Projeto, conclui-se:

Tendo em vista a Constitucionalidade e Legalidade da matéria em apreço aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça com as devidas emendas da nobre Deputada Lílian Martins e do Deputado Wilson Brandão esta relatoria estar em conforme com os respectivos pareceres.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar não merece reparos quando ao mérito, estando, assim, em condição de prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/10
PROCESSO : AL 134/10
AUTOR: PODER JUDICIÁRIO
RELATOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 75 da Constituição Estadual combinado com o art. 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 01/10 que **Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outros providências.**

II – PARECER

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo do mérito do Projeto, conclui-se:

Tendo em vista a Constitucionalidade e Legalidade da matéria em apreço aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça com as devidas emendas da nobre Deputada Lílian Martins e do Deputado Wilson Brandão esta relatoria estar em conforme com os respectivos pareceres.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar não merece reparos quando ao mérito, estando, assim, em condição de prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/10

PROCESSO : AL 134/10

AUTOR: PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 75 da Constituição Estadual combinado com o art. 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 01/10 que **Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.**

II – PARECER

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo do mérito do Projeto, conclui-se:

Tendo em vista a Constitucionalidade e Legalidade da matéria em apreço aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça com as devidas emendas da nobre Deputada Lílian Martins e do Deputado Wilson Brandão esta relatoria estar em conforme com os respectivos pareceres.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar não merece reparos quando ao mérito, estando, assim, em condição de prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

II – VOTO

Com base nos artigos supracitados e legislação específica, esta relatoria autoriza o trâmite normal da presente proposição por encontrar-se em consonância com a Constituição Estadual, com as normas regimentais desta Casa e amparo na boa técnica legislativa. Recomenda esta relatoria, seja a proposição em epígrafe colocada à disposição dos nobilíssimos (a) pares desta Comissão para o normal trâmite do processo legislativo, no que encerra em **PARECER FAVORÁVEL**.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 12 de Abril 2010.

Atenciosamente,


João Mádisson
RELATOR

Walter

Ulu

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 20 / 04 / 10
Presidente da Comissão de
Adm. Pública

Antônio Filho



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/10

PROCESSO : AL 134/10

AUTOR: PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 75 da Constituição Estadual combinado com o art. 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 01/10 que **Altera a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.**

II – PARECER

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo do mérito do Projeto, conclui-se:

Tendo em vista a Constitucionalidade e Legalidade da matéria em apreço aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça com as devidas emendas da nobre Deputada Lílian Martins e do Deputado Wilson Brandão esta relatoria estar em conforme com os respectivos pareceres.

Cabe ressaltar, que o Projeto de Lei Complementar não merece reparos quando ao mérito, estando, assim, em condição de prosperar.